



SENADO FEDERAL
Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao embaixador do Brasil em Paris, Sr. Luís Fernando Serra, pelas recentes declarações à imprensa francesa.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Em entrevista à emissora francesa BMFTV veiculada na noite do dia 13 de março do corrente ano, o atual embaixador do Brasil na França, Sr. Luís Fernando Serra, afirmou que a culpa pelos hospitais desbordados e pela situação sanitária caótica e trágica que se verifica hoje no Brasil é da falta de investimentos da “esquerda” em saúde.

Segundo o embaixador, *"se os hospitais estão lotados é por causa dos 24 anos da esquerda no Brasil, que não construiu hospitais suficientes"*. Disse ainda que o Brasil é um dos países que mais vacina no mundo e o presidente Bolsonaro não estimulou o isolamento social porque o *"STF decidiu que o presidente não tem o poder de confinar"*, colocando a culpa do total descontrole da epidemia no Brasil em governadores e prefeitos.

O conjunto das afirmações é chocante não só porque partem de análise superficial e distorcida da realidade político administrativa e das responsabilidades



federativas de cada nível de governo, mas principalmente porque recorre a dados que não correspondem à verdade e, vindo de quem vem, são inaceitáveis.

Dos 22,6 mil leitos de UTI existentes no Brasil, 12.450 mil foram criados nos governos do PT, quase 60% do total. Além disso, esses governos “de esquerda” criaram as Unidades de Cuidados Intermediários, que hoje respondem por cerca de 18% dos leitos para paciente críticos. A “esquerda” a que se refere o embaixador criou também as Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs 24 horas, que abriram mais de 2.500 leitos em todo o país.

Em 2003, o governo do PT criou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que revolucionou os atendimentos de urgência e emergência no Brasil, constituindo-se, há anos, no programa de saúde pública melhor avaliado do país. Graças a esse serviço, criado pela “esquerda”, o Brasil salva milhares de vidas todos os anos, inclusive de pacientes acometidos pelo coronavírus.

No período a que se refere o embaixador, foi criado o Programa Mais Médicos, que levou assistência médica gratuita a cerca de 60 milhões de brasileiras e brasileiros antes desassistidos de saúde. Ainda, as despesas com saúde saltaram, em valores reais, devidamente deflacionados, de R\$ 70 bilhões para R\$ 125 bilhões, o que contribuiu muito para consolidar o SUS, instrumento vital para o combate à pandemia.

Em governos anteriores aos do PT, também classificados como de “esquerda” pelo diplomata, o Brasil dedicou-se, na OMC, a defender além dos próprios interesses, os interesses dos países em desenvolvimento ao lutar exitosamente pelo reconhecimento das flexibilidades do TRIPS, no que tange ao direito dos Estados de quebrarem patentes para poderem enfrentar emergências de saúde pública, como epidemias.

Se o mundo hoje pode quebrar patentes para produzir medicamentos genéricos e baratos, como aqueles necessários ao tratamento da AIDS, por exemplo, foi graças, em grande parte, aos governos brasileiros anteriores ao atual.

Em contraste, o atual governo dedica-se a impedir iniciativa semelhante da Índia e da África do Sul, que visa, com o total apoio da OMS, suspender os direitos de propriedade intelectual inseridos no TRIPS, pelo período em que durar a pandemia do Covid-19. O atual governo, desde o início da pandemia, desdenhou da sua gravidade, promoveu tratamentos fictícios e contraproducentes contra o coronavírus, não comprou a tempo as vacinas necessárias e desestimulou o uso de máscaras e o isolamento social.

A aposta desde o início foi na imunidade de rebanho mesmo sabendo que a taxa de mortalidade do vírus pode chegar a 2,5% da população infectada, o que, no caso brasileiro, significaria mais de cinco milhões de mortes, um preço impagável.

A preocupação do atual governo com a saúde materializa-se no orçamento do Ministério da Saúde para o exercício de 2021, R\$ 28 bi menor do que o do ano passado.

As poucas medidas corretas adotadas nesse período, como a implantação do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00, foram propostas pelo espectro político ao qual o embaixador denomina de “esquerda”.

Mas o mais importante a ser percebido neste episódio, a questão de fundo, não deve ser a disputa entre correntes políticas de matizes ideológicas diferentes, que é natural do processo político, mas sim a prioridade que determinada autoridade brasileira em alto posto no exterior tem na condução de seus trabalhos.

Em seu discurso de posse, o atual Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Carlos Alberto Franco França, disse que o diplomata é

um construtor de pontes. Disse mais ao prometer ampliar a rede de contatos das missões e consulados no exterior para realizar “verdadeira diplomacia da saúde”. ”Em diferentes partes do mundo, serão crescentes os contatos com governos e laboratórios, para mapear as vacinas disponíveis. Serão crescentes as consultas a governos e farmacêuticas na busca de remédios necessários ao tratamento dos pacientes em estado mais grave”.

O mais importante neste episódio talvez seja questionar ao Itamaraty se as missões diplomáticas brasileiras no exterior, notadamente a sediada na França, tem buscado atingir esses objetivos fundamentais no combate à pandemia.

Como disse o Presidente desta Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, em recente entrevista coletiva, *“é importante que as instituições se unam para enfrentar a pandemia”*.

A disputa política terá seu lugar em momento apropriado que não é agora. Nesse sentido, declarações como as que fez o Sr. Luiz Fernando Serra, que não é agente político, não contribuem em nada para a solução de nossas inúmeras crises.

Face ao exposto, pedimos o apoio dos nobres Pares a este importante requerimento.

Sala das Sessões, de de .

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)